
CAPITALISMO DO BRASIL: INTERPRETAÇÕES DE CAIO PRADO JR. E RAYMUNDO FAORO

Sabrina Monique Schenato Bredow*

RESUMO: Caio Prado Jr. e Raymundo Faoro interpretam que o capitalismo do Brasil é peculiar, fruto de condicionantes históricos herdados da colonização portuguesa. O capitalismo mercantil dá sentido à obra de descobrimento e colonização do país, bem como fornece as bases sobre as quais a sociedade será estruturada. A história mostra que os laços de dependência comercial e financeira do país, centrais na análise de Prado Jr. persistem, se renovam e impedem o desenvolvimento econômico do país. Já para Faoro, além da questão econômica, o capitalismo de Estado resulta em condicionantes políticos que guiam o país. Este artigo procura resumir os pontos centrais das obras destes autores a cerca do capitalismo do Brasil, bem como expor seus pontos de convergência que fornecem importantes insumos para análise contemporânea das relações capitalistas do Brasil.

Palavras-chaves: Brasil; Capitalismo; Estado.

1. INTRODUÇÃO

O objetivo central deste artigo é comparar as interpretações do Brasil de Caio Prado Jr. e Raymundo Faoro sobre o desenvolvimento capitalista no Brasil. Pretende-se complementar as visões dos autores sobre a formação da estrutura social, econômica e política do país, destacando a importância destas visões para compreender fatores que, até hoje, afetam os rumos da sociedade brasileira. Os autores convergem em alguns pontos importantes sobre o capitalismo no Brasil, dentre eles se destacam questões estruturais que se perpetuam, se renovam no país, desde os tempos da colonização portuguesa. As instituições acabam se moldando às novas situações, muitas vezes importadas do moderno capitalismo das economias centrais, porém na sua essência carregam os determinantes históricos da formação brasileira e, portanto, a leitura das obras destes autores tornou-se essencial para desvendar algumas questões que estão por trás dos fatos políticos, sociais e econômicos contemporâneos.

Esta revisão pretende destacar as respostas dos autores para questões como: Quais são as particularidades do capitalismo no Brasil? Quais são os seus determinantes históricos? As respostas destes autores se complementam? Para Caio Prado Jr. a sociedade brasileira se desenvolveu submetida à lógica do capitalismo mercantil, com o “sentido” voltado para atender a demanda europeia de produtos primários e, após a independência, manteve a estrutura produtiva voltada para estes interesses que, de modo geral, impedem o desenvolvimento do moderno capitalismo industrial. Já para Faoro, o fator principal que impede este desenvolvimento no Brasil, além das relações de dependência econômica, é o capitalismo condicionado pela política, fruto da colonização portuguesa realizada com base no Estado patrimonialista.

A hipótese que se procura destacar, contidas na leitura conjunta destes autores, é que o moderno capitalismo não consegue se desenvolver no país por uma posição subordinada da economia brasileira no capitalismo mundial e, um dos fatores que impede a superação desta condição de dependência, que impede a geração endógena de circunstâncias que podem levar o país a superar tais fatores estruturais de dependência, reside em fatores políticos, inerentes ao capitalismo politicamente orientado. A fim de mostrar estes pontos, o artigo está estruturado da seguinte maneira: As seções 2 e 3 apresentam, em linhas gerais, os principais elementos das interpretações de Caio Prado Jr. e de Raymundo Faoro sobre o desenvolvimento capitalista no Brasil; a seção 4 apresenta as convergências e pontos de complementação das obras dos autores; a seção 5 apresenta as considerações finais.

* Doutoranda UFRGS.

2. CAIO PRADO JUNIOR: O SENTIDO DO BRASIL

A obra de Caio Prado Jr é marcada pela histografia com método de análise teórico bem definido: a interpretação materialista da história. (PRADO JR., 1969). Este método, utilizado pioneiramente por Caio Prado Jr. na análise da história brasileira (RICUPERO, 1998), foi adotado como ferramenta para compreender a verdadeira composição da sociedade brasileira, mas nunca, e esta é a maior crítica do autor à esquerda brasileira, a teoria marxista foi utilizada como se fosse uma fórmula, como uma teoria etapista, mecânica, cujo processo histórico e os fatos contemporâneos devem, necessariamente, seguir os passos do capitalismo europeu descrito por Marx. O capitalismo brasileiro é peculiar, fruto de uma formação social própria que, de modo geral, sempre esteve inserida na lógica capitalista, porém não segue exatamente as fases do capitalismo europeu e deve ser analisado a partir de dentro, a partir de suas particularidades econômicas e sociais.

A história, para Caio Prado Jr., é muito mais do que um amontoado de acontecimentos, o autor busca analisar e compreender os fatos para encontrar o sentido lógico da nossa formação social. Conforme Prado Jr. (1968, p. 194), a “abordagem histográfica da questão do desenvolvimento” é fundamental para entender porque o Brasil não apresenta as bases institucionais do moderno capitalismo ou porque, em suas origens, não foram desenvolvidas tais bases, como ocorreu nos países centrais. “História e sociologia, e ciência social em geral, podemos dizer que quase se confundem ou se devem confundir no Brasil” (PRADO JR., 1968, p. 195) para que ocorra uma compreensão do fenômeno do subdesenvolvimento e a partir disto se possa planejar e promover políticas a fim de estimular o desenvolvimento.

Crescimento econômico e desenvolvimento devem andar juntos, crescimento é condição necessária para o desenvolvimento, porém não suficiente. As atividades produtivas, as inversões de capital, o crescimento econômico é condicionado pelo mercado e sustenta o desenvolvimento. Porém, o fator orgânico¹ da economia brasileira (PRADO JR., 1961), que assentou toda a estrutura econômica e social do país desde a colonização, residiu em pautar as suas atividades na grande propriedade rural, na escravidão e na exportação de produtos primários. Mesmo após o impulso modernizante, industrial, comercial e de acumulação de capital, cujo marco para o autor é 1850, com a abolição do tráfico de escravos e a consequente liberação de capital para inversões capitalistas, este não foi suficiente para resolver os problemas e contradições econômicas e sociais do país, resultantes da estrutura social com mercado de consumo interno sem vigor, com má distribuição de renda e fortemente orientado pela produção agrícola. Permaneceu assim, no Brasil, a lógica capitalista herdada da colonização com fins de exploração comercial, cuja demanda internacional de bens agrícolas guia as atividades internas do país.

A instabilidade financeira herdada, principalmente, do Império é uma debilidade persistente na economia brasileira. Fruto de uma política monetária irregular e desconexa com a situação econômica real do país que proporcionou momentos de relativa prosperidade, porém deixou marcas negativas e permanentes na formação econômica do país, como o aspecto caótico, especulativo e volátil das relações comerciais e produtivas. Estas questões se renovam com o advento da República, inseridas num contexto de fatores externos e internos que impulsionam a economia. Os fatores externos, de importância central, se resumem ao desenvolvimento do comércio exterior de produtos agrícolas; no âmbito interno, a questão da mão de obra se resolvia com a abolição da escravidão e a atração de imigrantes. A República desencadeia e liberta os espíritos especulativos dos homens de negócios que antes ocupavam papel secundário e até mal visto na sociedade. Ademais, o capital estrangeiro passa a estimular as atividades do país de maneira direta, ativa e contínua em todos os setores, o que impulsiona

¹ Por orgânico entende-se, conforme Prado (1961) as atividades do país ligadas a setores que têm vida própria, que são autônomos no sentido de estarem na essência da formação do Brasil.

o surto modernizante da sociedade, porém semeiam os problemas financeiros que se farão seriamente presentes na economia do país.

O comércio exterior, cada vez mais importante para a economia do Brasil, sempre concentrado em poucos produtos agrícolas, forneceu as bases para a estruturação econômica do país. Todas as atividades estavam direta ou indiretamente subordinadas aos ciclos do comércio exterior, através da crescente concentração das atividades produtivas na agricultura, cuja comercialização estará sempre sujeita as vicissitudes do mercado internacional, tornando o país dependente da conjuntura externa. Paralelamente a esta estruturação comercial e produtiva, as importações ganham relevância para abastecer o mercado interno com produtos bens de consumo. Deste modo, as exportações sustentavam as indispensáveis importações, permitiam honrar os compromissos financeiros e atender as remessas de lucros e dividendos das empresas internacionais que se instalaram no país durante o surto modernizante. Quando os saldos comerciais não eram suficientes, as inversões de capitais e o crédito internacional tomado pelos entes federativos² ajudam a atender os compromissos externos, porém renovam e ampliam os problemas financeiros do país. O crescente comércio exterior assentado em frágeis bases, porém que impulsionava o surto de crescimento do país e as inversões de capitais, que por hora resolviam os problemas da balança de pagamentos, germinavam as crescentes contradições da economia e culminaram em crises cujo auge ocorreu em 1930. (PRADO JR., 1970).

Prado Jr. (1979) defende que a agropecuária brasileira sempre seguiu a lógica do capital comercial, o feudalismo nunca existiu no país. A escravidão serviu de base para o empreendimento mercantil e com a extinção deste regime, as relações de trabalho passam para bases essencialmente capitalistas, muitas vezes com intensificação da exploração do trabalho devido a recente tradição escravista. Mesmo quando a negociação entre proprietários de terras e trabalhadores ocorre em bases não monetárias, devido às conveniências e circunstâncias da negociação, estas relações não deixam de ser pautadas por um livre mercado de trabalho, pela pura e simples interação entre ofertantes e demandantes de trabalho. Este é um ponto central defendido por Caio Prado Jr.: nunca houve feudalismo no Brasil e é fundamental compreender a formação social e econômica do país para entender que o desenvolvimento capitalista do país não passa pela superação de restos feudais no campo ou pelo simples ataque ao imperialismo³, mas sim em reconhecer as peculiaridades da estrutura econômica, social e política do país e propor, a partir disso, uma agenda de reformas que ataquem os verdadeiros problemas do país, a saber, a superação das suas relações de dependência externa.

Neste sucinto resumo de argumentos que consideramos centrais para a presente análise, nota-se que Caio Prado Jr. enfatiza as relações de dependência da economia brasileira em relação ao comércio exterior. O sentido da colonização do Brasil é encontrado na lógica do capital mercantil europeu, sendo a colônia necessária para sua reprodução e com a colonização portuguesa criaram-se laços de subordinação os quais o país não consegue se libertar. O Brasil sempre foi capitalista, a sua formação sempre foi impulsionada pela lógica das relações capitalistas. O sistema capitalista está na origem das relações imperialistas e o Brasil, bem como a América Latina, está em posição naturalmente subordinada nesta conjuntura. (PRADO JR., 1987).

² Com a proclamação da República, os governos estaduais e municipais ficaram livres para tomar empréstimos no exterior. Com isso, a dívida externa do país cresce mais de 200% em apenas 20 anos. (PRADO JR., 1970).

³ Questões centrais na crítica do autor em relação à agenda revolucionária proposta pela esquerda brasileira. (PRADO JR., 1987).

3. FAORO E O CAPITALISMO POLITICAMENTE ORIENTADO

Raymundo Faoro se enquadra na categoria de pensadores que busca analisar o sentido da história, analisar os acontecimentos a partir de seu contexto, do todo. Histografia compreensiva da superestrutura marca a sua análise, pois procura explicar a formação da sociedade a partir do Estado. (COMPARATO, 2003). Faoro se inspira em Weber para explicar que é na sociedade estamental⁴, burocratizada dentro do Estado patrimonialista, que se desenvolve o capitalismo politicamente orientado, germinado na sociedade portuguesa e enraizado no Brasil.

Faoro (2001) atribui grande peso a colonização portuguesa na formação da sociedade brasileira. Em *Os Donos do Poder*, o autor começa analisando a formação do Estado patrimonial português que, apoiado pelo direito romano, formou uma monarquia comercial com um rei que era senhor de tudo e o príncipe proprietário eminente de tudo, com regimento que somente no sentido formal era racional, pois na cúpula de comando a tradição e os caprichos dominavam. Relações comerciais e não agrárias caracterizam a monarquia portuguesa e a análise do sentido dos acontecimentos, das navegações comerciais da Idade Média, do advento da economia monetária, dos descobrimentos, bem como da estrutura da sociedade portuguesa mostram como se desenvolve o capitalismo de Estado. “É o Estado moderno, precedendo ao capitalismo industrial, que se projeta sobre o ocidente”. (FAORO, 2001, p. 33).

Faoro descobriu o dogma de que o capitalismo encontra, necessariamente, seu ponto de partida no feudalismo. Diferentemente da Europa, cujo capitalismo industrial nasceu a partir das contradições aninhadas no feudalismo, Portugal não era feudal desde o surgimento da dinastia de Avis, em 1383 e, portanto, o seu capitalismo comercial não germina a partir das bases modernizantes, tais como a impessoalidade e a racionalidade.

Em Portugal, o direito de uso das terras passava por concessões reais que geravam rendimentos consideráveis à coroa, mas nem por isso pode-se concluir que a monarquia era voltada para a agricultura. Por outro lado, o crescente comércio, presente desde meados do século XIII em Portugal, acelera o aparecimento do patrimonialismo, pois os privilégios de importar e exportar também eram concedidos pelo príncipe que, em troca, arrecadava parte da renda gerada (os modernos tributos). Neste contexto, cresce o funcionalismo ligado aos negócios da coroa, necessário para controlar as atividades e arrecadar as rendas devidas à coroa, provenientes, principalmente, do comércio. Durante o desenvolvimento desse comércio, ao se tornar a principal fonte de financiamento dos projetos de independência e reconquista, ao atingir status de modernidade, nesse contexto, surge a burguesia comercial portuguesa subordinada ao príncipe.

Portanto, o Estado era a empresa do soberano, o comércio, o tráfico de escravos e as estruturas coloniais atendem a estes objetivos e expandem o capitalismo comercial, porém este, fundado na sociedade patrimonialista estamental portuguesa, não encontrará saídas para evoluir ao capitalismo industrial. Isto porque a iniciativa privada, a racionalidade e impessoalidade, em parte germinadas nas relações feudais que não estavam presentes na sociedade portuguesa, não encontram lugar na tradicional dominação soberana e no capitalismo condicionado pela política, vigentes em Portugal. Neste contexto, o rei se torna o empresário que manipula as relações sociais em favor dos seus interesses e dos interesses de seus associados, que são necessários à administração e controle dos negócios da coroa. O

⁴ A estratificação social estamental é um tipo de organização social que contrasta com as classes. A primeira é baseada na honra, em convenções e no status que determinam privilégios. Nas classes, a ordem econômica domina e é compartilhada pelos indivíduos como a base para suas oportunidades de vida, através de condições e critérios estabelecidos pelo mercado. (WEBER, 1982). Faoro (2001) cita que os estamentos florescem naturalmente em sociedades que o mercado não é dominante na economia, ou seja, nas sociedades feudais e patrimoniais.

estamento surge naturalmente em sociedades estruturadas dessa forma, onde as relações de mercado não prevalecem, o que implica numa camada de indivíduos organizada para se apropriar dos cargos e funções públicas do Estado, impondo-se um regime de utilização da máquina estatal em proveito próprio, para conquistar vantagens materiais e espirituais.

O patrimonialismo, articulado em estamentos, foi essencial para a expansão do capitalismo comercial de Portugal, porém impediu o desenvolvimento do moderno capitalismo industrial, pois o enriquecimento da burguesia sempre esteve precariamente vinculado a simples intermediação de produtos, comandada por impulsos comerciais e especulativos. A atividade industrial, fundada na autonomia dos indivíduos, em liberdades econômicas, no cálculo racional não encontra forças para se desenvolver no Estado patrimonial. Essas atividades, quando surgem, somente sobrevivem com favores e privilégios do Estado. Faoro (2001, p. 40) chama atenção para uma coincidência intrigante de que "Os países revolvidos pelo feudalismo, só eles, na Europa e na Ásia, expandiram uma economia capitalista, de molde industrial". Não existe um capitalismo, mas vários tipos e, na estrutura patrimonial, "o capitalismo possível será o politicamente orientado" (FAORO, 2001, p. 103) que se moldará secularmente para sobreviver.

O capitalismo politicamente orientado, estruturado sobre o estamento que se burocratiza cada vez mais para manter a soberania, não contem as sementes da modernização. O estamento, movido por interesses particulares de atender ao Estado que lhe oportunizou a situação privilegiada no quadro administrativo, se empenha em perpetuar a situação patrimonialista, se molda as situações importadas do moderno capitalismo para manter a economia subordinada aos interesses políticos. "A atividade mercantil, desvinculada da agricultura e da indústria, não permitiu a acumulação de capitais no país". (FAORO, 2001, p. 81). A herança deixada pelo mercantilismo português se resume a dominação geral do Estado sobre a sociedade e sobre a economia, tornando-o agente unificador e centralizador.

Portanto, o precoce capitalismo português, a precoce sociedade moderna lusitana, assim como o precoce direito português sempre esteve subordinada a política e o estamento suportou esta organização, protegendo-a em nome de interesses particulares. (FAORO, 2001). Assim ocorreu no Brasil, o Estado português precedeu a sociedade, sendo o Brasil inventado pela empresa do rei e moldado pelo capitalismo político, resiste às pressões vindas dos centros industriais, "adotou do capitalismo a técnica, as máquinas, as empresas, sem aceitar-lhe a alma ansiosa de transmigrar". (FAORO, 2001, p. 822). As atividades empresariais, já no século XX, continuaram sendo estimuladas pelo lucro rápido e fácil, com traços de irracionalidade, apoiadas no estamento burocrático que se acomoda progressivamente para manutenção da estrutura patrimonialista estatal. Conforme resume Faoro (2001, p. 826).

As formações sociais são, para a estrutura patrimonial estamental, pontos de apoio móveis, valorizados aqueles que mais a sustentam, sobretudo capazes de fornecer-lhe os recursos financeiros para a expansão — daí que, entre as classes, se alie as de caráter especulativo, lucrativo e não proprietário. O predomínio dos interesses estatais, capazes de conduzir e deformar a sociedade — realidade desconhecida na evolução anglo-americana —, condiciona o funcionamento das constituições, em regra escritos semânticos ou nominais sem correspondência com o mundo que regem.

Importante destacar que o capitalismo político não se trata de uma fase do moderno capitalismo industrial, desenvolvido nas economias centrais. Não se trata de uma fase pré-capitalista que precisa ser superada, como teóricos marxistas pressupõem, tratando o patrimonialismo como fenômeno transitório. Faoro (2001) critica este mecanicismo e destaca que o capitalismo de Estado é capaz e se moldar aos modelos externos, com estamento burocrático estruturado no quadro administrativo civil e militar, a

partir dos quais dominam a administração das esferas econômicas, políticas e financeiras. Desse modo, o estamento burocrático é quem orquestra a sociedade, é quem domina o poder com uma autocracia autoritária, com domínio político do Estado, numa ordenação jurídica formal, que pode operar ditatorialmente sobre as sombras do assentimento popular.

4. FAORO E CAIO PRADO JR: O CAPITALISMO DO BRASIL

Iniciamos com uma citação de Caio Prado Junior, retirada da obra “A Revolução Brasileira”, publicada em 1966. O leitor que não saiba por quem e quando foi escrita, poderá, de modo geral, achar que se trata de uma interpretação do cenário atual brasileiro.

O Brasil se encontra num destes instantes decisivos da evolução das sociedades humanas em que se faz patente, e sobretudo sensível e suficientemente consciente a todos, o desajustamento de suas instituições básicas. Donde as tensões que se observam, tão vivamente manifestadas em descontentamento e insatisfações generalizados e profundos; em atritos e conflitos, tanto efetivos e muitos outros potenciais, que dilaceram a vida brasileira e sobre ela pesam em permanência e sem perspectivas apreciáveis de solução efetiva e permanente. Situação essa que é efeito e causa ao mesmo tempo, da inconsistência política, da ineficiência, em todos os setores e escalões, da administração pública; dos desequilíbrios sociais, da crise econômica e financeira, que vinda de longa data e mal encoberta durante curto prazo – de um a dois decênios – por um crescimento material especulativo e caótico, começa agora a mostrar sua verdadeira face; da insuficiência e precariedade das próprias bases estruturais em que assenta a vida do país. (...) O que leva, não se enxergando, ou não se enxergando ainda, em termos concretos, a uma corrida desenfreada para o “salve-se quem puder”, cada qual cuidando unicamente (e por isso erradamente) de seus interesses imediatos e procurando tirar o melhor partido, em proveito próprio e para o momento em curso, das eventuais oportunidades que porventura se apresentem ao alcance da mão. (PRADO JR., 1987, p. 12-13).

O que está por trás do “crescimento material especulativo e caótico”? Prado Jr. (1968), no contexto da análise histórica do desenvolvimento brasileiro, cita a causalidade dos períodos de crescimento econômico com períodos favoráveis às exportações brasileiras de produtos primários como um índice da fragilidade estrutural que governa, de modo geral, o crescimento econômico do país, através de condicionantes externos e internos que resultam numa posição comercial e financeira subordinada no capitalismo mundial. Para Prado Jr. (1961), o Brasil é uma invenção do capitalismo europeu, a obra de colonização é um episódio da expansão deste processo e com o descobrimento de terras tão primitivas, tornou-se necessária a povoação dos trópicos com o objetivo, quase exclusivo, de explorar os recursos naturais com fins lucrativos. Para Faoro (2001), o aspecto comercial explica o sentido da descoberta e colonização do Brasil, porém existem fatores políticos que fizeram do Brasil um empreendimento da coroa portuguesa. Deste modo, a condição de subordinação do Brasil frente ao moderno capitalismo industrial, que se renova e persistente no país, e a instabilidade das relações econômicas e sociais possui uma explicação política, herdada da colonização portuguesa, cuja política se sobrepõe ao desenvolvimento da sociedade civil e subordina o desenvolvimento do capitalismo industrial no país.

O arcaísmo da estrutura social – o patrimonialismo que floresce na sua criatura, o estamento – leva, confrontando com a economia mundial em desenvolvimento, para outros rumos, a maior consolidação do escudo de ferro que constringe o país. O comércio exterior, o mercado mundial, conduzem e pressionam a economia interna, num momento em que há, cada vez menos, nações isoladas. Quem dita o ritmo é a economia mundial, forçando a ela se adaptarem, expressando, com o ajuste, modernização e progresso. A empresa particular, pobre de recursos e de substância para acompanhar a corrida, se arrima ao Estado, que, ao tutelá-la, a regula interiormente, sob os cuidados do estado-maior de domínio, que a provê e lhe estimula os passos. (FAORO, 2001, p. 107).

Assim, as análises de Prado Jr. e Faoro, especificamente em relação ao descobrimento do Brasil, partem da mesma premissa: o Brasil é resultado do capitalismo comercial e a obra de descobrimento foi realizada por uma monarquia essencialmente comercial, não agrária. Os autores também concordam que nunca houve feudalismo no Brasil que, na verdade, sempre foi capitalista. Entretanto, o weberiano Faoro (2001) explica a origem do capitalismo brasileiro, herdado do Estado patrimonialista português que fez do Brasil uma empresa da coroa, levantando novas questões não abordadas na obra de Prado Jr. e que auxiliam a compreender porque a “inconsistência política, da ineficiência, em todos os setores e escalões, da administração pública” possui lugar de destaque na formação social do Brasil e afeta o desenvolvimento do país. Para Faoro, esta inconsistência é inerente ao capitalismo politicamente orientado que governa o Brasil, onde “Sobre a sociedade, acima das classes, o aparelhamento político (...) impera, rege e governa, em nome próprio, um círculo impermeável de comando.” (FAORO, 2001 p. 824).

Caio Prado Jr. (1987) destaca ainda o capitalismo burocrático⁵ no Brasil, cujas empresas nacionais se associam ao capital estrangeiro, com apoio do Estado que se torna um agente de diferenciação na burguesia do país, transformando poucas empresas em detentoras de privilégios e de vantagens para acumulação capitalista, tornando o Estado um grande protetor de interesses privados e reforçador dos laços de subordinação comercial e financeira do país, frente ao capitalismo mundial. Já para Faoro (2001), esta subordinação origina-se do capitalismo de Estado, irracional e guiado por questões extraeconômicas, com um tipo de capitalismo fortemente limitado pela política, condicionando as ações, agindo através do estamento burocrático que não segue a lógica racional, que se move por objetivos de curto prazo, especulativos, objetivando o lucro fácil e que, quando necessário, se molda a pressões vindas do moderno capitalismo das economias centrais. Portanto, não se trata de uma questão pura e simplesmente econômica, mas sim da perpetuação de uma condição política que confere privilégios a uma camada da sociedade que não conhece a impessoalidade e a racionalidade, enraizadas nas sociedades berço do capitalismo industrial.

Portanto, as análises de Faoro e Caio Prado Jr. explicitam que a solução para o “desajustamento de suas instituições básicas” deve ser procurada na análise das circunstâncias em que estes problemas se impõem. A teoria revolucionária, segundo Prado Jr. (1987), deve, fundamentalmente, nascer da realidade a que se propõe ser útil. Importar teorias prontas e ajustá-las a nossa realidade é a maior crítica de Caio Prado Jr. à esquerda brasileira e de Faoro (2001), em relação aos marxistas e liberais que, em geral, se preocupam demasiadamente em superar etapas do processo de desenvolvimento capitalista. Conforme defendido por Prado Jr. (1968), crescimento e desenvolvimento econômico se tratam de temas essencialmente históricos. A história deve ser vista como fonte de informação para compreender o processo de desenvolvimento e suas especificidades para que, a partir de então, possam ser estabelecidas premissas de política econômica adequadas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As obras de Caio Prado Jr. e Raymundo Faoro são clássicas e a leitura conjunta delas fornece um panorama geral sobre o que está por trás dos acontecimentos passados e atuais do Brasil. Pontos de vista econômico, social e político, juntos, compõem uma interpretação abrangente do Brasil que deve ser lida e lembrada sempre, pois avança na explicação de como se formou a sociedade brasileira e explicita as peculiaridades de sua formação. O resultado central destas peculiaridades é que o

⁵ Segundo Prado Jr. (1987) a esquerda brasileira se associa a este modelo e, preocupada em resolver as supostas contradições do campo e se livrar das amarras do imperialismo, não vê os reais conflitos existentes na burguesia do país que se relacionam ao capitalismo burocrático.

capitalismo brasileiro é próprio, não se formou sobre as mesmas bases do clássico capitalismo europeu descrito por Marx, mas nem por isso deixa de ser capitalismo ou pode ser chamado de pré-capitalismo. O capitalismo aqui desenvolvido é peculiar, fruto de condicionantes que somente a análise histográfica pode desvendar as suas especificidades.

Destas especificidades surgem as condições de subordinação. As relações de dependência comercial e financeira do Brasil frente ao capitalismo mundial, que estão no centro da análise de Caio Prado Jr., são importantes e continuam presentes, ganhando destaque nas discussões, especialmente quando as condições externas se tornam desfavoráveis. Do mesmo modo, as condições de subordinação da sociedade brasileira frente a um sistema político que atende a causas próprias, que não governa para a sociedade, mas sim para si mesmo, que está estruturado numa dominação do tipo tradicional patrimonialista. Faoro mostra como o estamento burocrático dominou o poder, se moldando aos diversos quadros políticos. Certamente, o estamento burocrático de hoje não é mais o mesmo do descrito por Faoro desde a colonização até os regimes militares, porém, como bem destacado pelo autor, ele se molda a novas realidades para sobreviver no poder. A instabilidade política, social e econômica, o cálculo irracional, o aspecto especulativo, a dependência dos empreendimentos privados frente ao Estado são alguns resultantes desta estrutura.

Estas condições de dependência externa e política interagem e imprimem um caráter instável as relações na sociedade brasileira. Alternadamente estas fragilidades estruturais se tornam o centro das atenções e impõem seus resultantes, de maneira cíclica. Com isso, as atividades industriais, a acumulação capitalista, o desenvolvimento do mercado interno, as políticas de inclusão social, de distribuição de renda, perdem espaço e os conflitos de interesses se intensificam com frequentes perdas para a sociedade. Possivelmente hoje, a modulação ocorre via subordinação do Estado aos interesses do mercado financeiro. Esta é uma possível linha de compreensão da atual realidade brasileira, que pode ser seguida a partir das contribuições de Faoro e Prado Jr., para entender o que está por trás dos recentes acontecimentos no Brasil, por que no primeiro decênio deste século a economia brasileira passou por período de relativa prosperidade, com conjuntura econômica aparentemente favorável ao desenvolvimento econômico do país e, após alguns episódios políticos e econômicos que fizeram apenas, mais um a vez, tornar “sensível e suficientemente consciente a todos, o desajustamento de suas instituições básicas” (PRADO JR., 1987, p. 12), houve esta guinada no poder, com profundas mudanças que podem, não somente anular os avanços, mas também, possivelmente, aprofundar as deficiências estruturais do país.

ABSTRACT: Caio Prado Jr. and Raymundo Faoro interpret that the capitalism of Brazil is peculiar, the result of historical conditions inherited from the Portuguese colonization. Mercantile capitalism gives meaning to the work of discovery and colonization of the country, as well as providing the basis upon which society will be structured. History shows that the ties of commercial and financial dependence of the country, central in the analysis of Prado Jr. persist, renew and impede the economic development of the country. For Faoro, besides the economic question, state capitalism results in political factors that guide the country. This article seeks to summarize the central points of these authors' works about capitalism in Brazil, as well as to expose their points of convergence that provide important inputs for contemporary analysis of capitalist relations in Brazil.

Keywords: Brazil; Capitalism; State.

REFERÊNCIAS

COMPARATO, F. K. Raymundo Faoro historiador. *Estudos avançados*, v. 17, n. 48, p. 330-337, 2003.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: Formação do patronato político brasileiro**. 3. ed. Porto Alegre: Globo Livros, 2001.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo (colônia)**. 6. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961.

_____. História e desenvolvimento. In: Iglésias, Francisco (org.). **Caio Prado Jr: História**. São Paulo: Ática, 1968. p. 193-198. (Coleção “Grandes Cientistas Sociais”).

_____. **Evolução Política do Brasil e outros estudos**. 6. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1969.

_____. **História Econômica do Brasil**. 12. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1970.

_____. A questão agrária. In: Iglésias, Francisco (org.). **Caio Prado Jr: História**. São Paulo: Ática, 1982. p. 189-192. (Coleção “Grandes Cientistas Sociais”).

_____. **A Revolução Brasileira**. 7. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

RICUPERO, B. Caio Prado Jr.: o primeiro marxista brasileiro. **Revista USP**, n. 38, p. 64-77, 1998.

WEBER, Max. Classe, estamento, partido. In: GERTH, H. H. e MILLS, C. Wright (Org.). **Max Weber - Ensaios de sociologia**. Rio de Janeiro: LTC – Livros técnicos e Científicos Editora S.A., 1982, p. 211-228

Data da submissão: 24 Agosto 2017.

Data do aceite: 10 Outubro 2017.